

(http://oascentral.tribuna.com.br/RealMedia/ads/click_lx.ads/tribuna/noticiasdetalhe/749101560/Frame1/default/empty.gif/693569686746622b65534d4142307a5x)

Audidores fiscais voltam a cruzar os braços no Porto de Santos nesta terça-feira

Neste dia, Porto e Delegacia de Santos terão serviços afetados

DE A TRIBUNA ON-LINE

03/10/2016 - 15:33 - Atualizado em 03/10/2016 - 15:35

Cerca de 180 auditores fiscais, que atuam na Alfândega e na Delegacia da Receita Federal de Santos, deverão voltar a cruzar os braços nesta terça-feira (4). Com a greve, somente medicamentos, equipamentos hospitalares, animais vivos e perecíveis serão liberados no Porto de Santos. Já na Delegacia haverá a operação "Meta Zero" e o único serviço que funcionará é o atendimento ao contribuinte.

A data coincide com a apresentação do relatório do Projeto de Lei 5.864/16, que trata do reajuste salarial da categoria e de normas internas do órgão, no Congresso Nacional. Os auditores fiscais reclamam que, apesar de ter sido remetido em julho à Câmara dos Deputados, pelo Palácio do Planalto, o PL vem tramitando lentamente, o que acaba prejudicando o cumprimento do acordo.

Segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais em Santos, além da paralisação das atividades, diversos auditores, que ocupam cargos de chefia, ameaçam entregar seus cargos caso o Projeto de Lei 5.864/16 não seja aprovado.

O Projeto de Lei ainda corre risco de ser desfigurado caso a relatoria aceite alterações que enfraquecem a atuação dos Auditores contra a sonegação, a corrupção e a lavagem de dinheiro.

"O sindicato está acompanhando de perto a tramitação do PL e já avisou ao governo que não aceitará qualquer emenda que restrinja as atribuições da categoria", afirma o presidente do sindicato, Renato Tavares.

O presidente do sindicato também critica a demora do governo para cumprir o acordo firmado com a categoria. "Nosso reajuste, de 21,3% divididos em quatro anos, além de não cobrir nem a inflação do período, está abaixo daquele conseguido por outras categorias do serviço público federal. O governo está desdenhando justamente da categoria que, se motivada, poderia retirar o País da recessão em que está mergulhado".

Portanto, a continuidade ou término da paralisação não só em Santos, mas em todo o Brasil, ficam condicionados ao resultado da votação do Projeto de Lei em 4/10.

O sindicato estima que, a cada dia de paralisação no Porto de Santos, mil contêineres deixem de ser liberados. Com isso, ocorre o atraso de cerca de R\$ 100 milhões na arrecadação. Já na Delegacia da Receita Federal em Santos deixaram de ser lançados este ano R\$ 160 milhões em tributos e contribuições. Em nível nacional este valor chega a R\$ 52 bilhões.